ANA M. MOTA LIZ

UL

UNIDADE

ESTUDANTIL

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL

A.E.F.C.L.

1. MOVIMENTO ESTUDANTIL

A situação do estudante dentro duma sociedade como a portuguesa, a sua actuação a nível geral, ou seja, não ùncamente dentro da Universidade é fundamentalmente definida por dois factores:

- Qualquer sociedade é caracterizada na sua marcha ou dinâmica interna pelas relações de produção, isto é, pelas relações económicas a que o trabalho produtor de cada elemento está sujeito. O estudante não está directamente submetido a essas relações de produção, a sociedade não atribui um valor definido ao "estudo" enquanto se estuda.

- A própria Universidade cujo fim fundamenteal está na preparação de quadros técnicos e teóricos a nível de melhor servirem a sociedade, é por esta impedida de o fazer devido à vigilância que lhe é imposta sob a formação dos estudantes.

*

É este último factor que colocará todo o estudante face à situação concreta duma reacção contra a Universidade, partindo duma compreesão imediata das contradições que encontra no seio da instituíção universitária.

A percepção desse conflito com que topa quotidianamente quer na aula quer face a toda uma forma de cultura que lhe e imposta (não assimilável), faz-se sobretudo nos seus locais de trabalho. Agindo aí e tendo em conta a sua responsabilidade no perpetuar das situações, vai adquirindo uma maior consciência quer de formas de actuação dentro da Universidade, quer das próprias relações e condicionamentos a que esta está submetida pela sociedade onde se integra.

*

Dentro da Universidade tudo se reduz ao modo como esta

pretende impor toda uma forma de cultura e sua consequente assimilação mecânica feita pelo individuo-robot. Então o movimento estudantil é entendido como um dos factores que exerce mais acèrrimamente essa crítica à própria sociedade no âmbito das suas instituições e das suas relações com os indivíduos.

Essa contestação a nível cultural da parte dos estudantes é sobretudo condicionada pela sua não participação nas relações de produção,o que só pode ser garantido por uma classe economicamente exploradora,sendo portanto daí que provêm grande parte da população universitária.

O estudante sente que essa sua capacidade crítica provocada num plano imediato pela sua situação nas aulas,pelas relações professores-alunos,não pode estar vinculada a uma petição reinvidicativa da satisfação das suas mais prementes necessidades mas sim terá que passar a um plano de contestação constante (*a participação de todos na criação dinâmica do saber*) - daqui a abertura de um fosso entre a sua actuação e a a actuação da Universidade e da sociedade face a ele. Há a aquisição dum consciência cada vez maior do seu papel activo e da sua força colectiva.

*

Toda a prática do movimento estudantil tem que stisfazer as suas necessidades quer sob o ponto de vista econ econômico (AAEE),quer em quaisquer das suas implicações a nível de movimentação: canais de informação e a possibilidade de criação da sua própria teoria.

Além disso é a ele - movimento estudantil - que cabe o papel último de decisão,que lhe é garantido a partir dos seus níveis de decisão na procura real duma prática de democracia directa,no que diz respeito a todo um conjunto de alianças tácticas subordinadas à movimentação política geral.

É por demais conhecida a tropa de choque que são os estudantes em todo um tipo de actuação frontalmente político e cujas repercussões para o próprio movimento residem na identidade dos seus pertenços objectivos imediatos com os de uma actuação política vincadamente oportunista.

Este "ser por demais conhecido" refere-se concretamente a toda uma vinculação que se paetendeu fazer da parte de partidarismos políticos parlamentares neste último ano partindo dum

conjunto de 8 pontos reivindicativos (os chamados 8 pontos de Coimbra) cujo intuito era a inserção duma movimentação estudantil numa movimentação eleitoral.

Cabe actualmente ao movimento estudantil o sacudir a capa suja duma prática viciada num conteúdo reivindicativo ,cujo fim é a exploração duma passividade,espontaneismo (latente em qualquer grupo) e servilismo perante qualquer espécie de paternalismo (provindo quer da Universidade,quer doutros sectores). É necessário esquecer,varrer por intermédio da crítica persistente (que conduz à prática correcta) os chavões solução tais como "descida à base" e "decisões de cúpula". Caso contrário as questões permanecem e só são sentidas na altura da sua necessária ultrapassagem.

Tudo isto se consegue na procura sistemática de novas formas de actuação face ao colectivo (movimento estudantil)que vinculem as cúpulas dirigentes a essa base,entendidas já como nível de decisão. A definição inequívoca dos seus objectivos cujas opções de actuação em cada momento só podem ser conseguidas correctamente por parte dum anterior debate a todos os níveis e pela análise imediata,nos mesmos,das situações concretas em que o movimento estudantil se vai situando. A nível de cúpula (R.I.A. e similares) é preciso admitir como único meio de definição o debate exaustivo de qualquer questão,que se imponha não a um nível de resolução subterrânea (vulgo: golpe), mas sim a um desmascaramento total e completo de qualquer tentativa de desviar o movimento estudantil dos seus objectivos . Isto implica a negação (à custa de uma análise) de toda uma acção plenaresca,tipo Novembro-Dezembro do ano passado-8 pontos

de Coimbra. Acrescente-se que uma cúpula só faz sentido se a base for a mola real de todo o movimento.

2. ACTUAÇÃO

2.1 — ACÇÃO CULTURAL

Processa-se hoje nas AA EE uma viragem no sentido da conversão real do M.A. num movimento de massas, possuidor de uma linha de acção clara, erigida no seio da massa, desenvolvendo-se, modificando-se, nos diversos níveis de decisão, que um movimento com estas características encontre numa base de democracia directa.

Sejam quais forem as organizações de transição para esta fase, o sentido do trabalho cultural acompanha esta viragem.

Poder-se-á pôr uma primeira questão:

Que se deve entender globalmente por trabalho cultural na actual circunstância do país e do estudante nele. Qual a acção cultural de que devemos ser portadores e protagonistas. Estará ou não o conjunto da vida cultural abarcado dentro dum mecanismo de consumo. Que tipo de acção então a desenvolver.

Sem pretender entrar numa discussão de fundo sobre a dinâmica geral da Cultura e dos seus fins sociais, existem contudo algumas asserções que poderão ser aceites como provisórias:

Toda a acção cultural desenvolvida no nosso país é uma ac
ção desenvolvida no nosso país é uma acção de integração numa

sociedade classista,aproveitada em última instância pela classe exploradora no sentido de desenraizar a classe exploradora de uma acção coligada e romper a sua coesão.

Assim,o modo como esta cultura é distribuida tem já em vista os esratos sociais com limitações consequentes:- o trabalho de uma élite intelectual é pos to à aquisição do "público" que o consome como qualquer outro produto,desobrigando-o de uma actividade participante,conferindo-lhe um papel meramente passivo.

Aos estudantes a quem esta orientação não se dirige tão directamente,uma vez que não constituem,nem se encontram enquadradas em alguma classe,procura conferir-lhe uma "educação" que os habilite,uma vez terminado este período de desintegração desta sociedade,a preencher os quadros a que implicitamente está destinada dentro da classe exploradora.

Na sua vasta história o M.A. tem procurado fazer das actividades culturais uma complementação aos serviços já existentes fazendo convergir os seus esforços no sentido de um aumento "quantitativo" de realizações "oferecidas" aos estudantes - exposições,colóquios,etc.

Tem-se pois seguido um conceito de cultura rotineiro, não transformativo nem criador - o estudante como mero espectador sente-se alheado dos problemas associativos cavando-se um abismo entre ele e os colaboradores e dirigentes.

Pois bem,a questão não se resolve se não houver uma profunda mudança nas concepções e nos processos de acção.

Propomo-nos portanto agora desenvolver não já uma cultura integrada,mas sim crítica,de negação,que contudo não despreze a dialéctica da construção contida na obra de negar.

Passando ao plano prático:

Haverá peças de teatro,discussões,exposições(pintura e escultura),sessões de poesia,e de filmes.

Simplesmente o papel do estudante nestas actividades terá de ser diferente:

Haverá um primeiro acesso à informação. Neste plano será necessário realçar que o trabalho cultural só poderá ter o cunho de quem nele trabalhar, estando aberto a uma integração dos diversos níveis de constatação da realidade no trabalho que cada um desempenhar em actividades especificas da secção.

O nível de informação descritiva dessas actividades não surge, portanto, isolado, mas tem um papel de integração do estudante na problemática em construção, o que lhe exige uma actuação directa.

Assim o estudante enquadrando as realizações dentro dum tipo de cultura e sociedade, fica apto a colocar-se perante elas num plano crítico e de participação criadora.

Exemplificando, tomamos o caso do teatro:

Uma peça não terá razão de existir, se não houver uma discussão prévia, a nível de todos os estudantes que a analisarão e dela tomarão consciência muito antes da sua apresentação. A sua encenação terá como única base uma procura de participação a todos os níveis, cabendo aos interessados a sua explicitação.

O assunto focado estará por sua vez também integrado num contexto de realizações e discussões simultâneas de modo a permitir uma perfeita, e geral compreensão das questões levantadas ou a levantar.

Como nota última convém aqui realçar que a não enumeração formal das actividades culturais futuras, não significa desorientação ou falha da teoria, mas antes um convite à própria criação como já anteriormente foi dito.

Uma primeira sessão de poesia, já efectuada foi já uma prova de que o método podia vingar.

Os ensaios, realizados no próprio seio dos estudantes da Associação vieram agregar novos participantes, que escolhendo as suas intervenções vieram transformar o carácter de "espectáculo oferecido" numa criação própria.

2.3 – ACÇÃO DESPORTIVA

O Desporto Universitário não pode aceitar como sua a prática desportiva que a sociedade admite.Tendo em conta que esse tipo de prática não tem por objectivo contribuir para a formação total do indivíduo,ou seja o equilíbrio são entre uma actividade intelectual-trabalhadora- e uma actividade física,mas antes pelo contrário cai objectivamente num pretenso desenvolvimento físico subordinado exclusivamente a uma mística do campeão.Considere-se ainda que o desporto-actividade obedecendo sòmente a objectivos económicos de lucro,arrasta "multidões" numa atitude de fuga à todo um quotidiano.São estes,em suma,os tipos de manifestação desportiva que conhecemos na nossa sociedade.

Para completá-la existe numerosa rede de informação, dita desportiva,de tipo sensacionalista,que explora o culto do mito do campeão.Existe além disso uma enorme desproporção entre essa elevada rede informativa e o pequeno número de praticantes a que ela se dedica.Pretende-se deste modo,que desporto seja apenas formação de élites desportivas - os campeões.Atinge-se assim um estado em que os indivíduos estão ao serviço do desporto em vez de ser este a estar ao serviço dos indivíduos.O indivíduo transforma-se em escravo do desporto que lhe exige esforços sobrehumanos e que fazem dele um mero antómato.Portanto só indivíduos com certas potencialidades físicas e técnicas podem servir para o desporto,ficando pois excluídos da sua prática o e qualquer indivíduo que não possua os requesitos necessários para ser um campeão.

Uma vez que o desporto apresenta outros aspectos,não é correcto que se explore apenas o seu carácter tecnicista e mecanicista,que são puros acidentes,e se ponham de lado aspectos fundamentais como o da cultura física e o da convivência.Temos como conceito de cultura física a necessidade de um equilíbrio físico e psíquico,devendo a todo o transe impedir a rotura desse equilíbrio o que só pode ser conseguido pela prática dum desporto salutar.Devemos pois pretender a não despersonalização do desporto e do desportista,e evitar que se lhes tire o fulcro do

seu conteúdo.

Dado que existem possibilidades concretas de uma prática de "desporto de massas" completamente distinto do desporto a que estamos habituados, compete a todos os estudantes criticá-lo e encontrar através duma sua análise profunda, formas de actuação em que se ponha em jogo todo o conteúdo do desporto. Em última análise procuraremos levar esse tipo de desporto, por nós definido, a toda a sociedade e restituir-lhe assim a plenitude do seu conteúdo.

nidos pela própria sociedade.Esta função das AAEE é comumente chamada de aparelho.

É assim posto ao serviço do movimento(de todos os estudantes)e garantida por este toda uma informação necessária,locais de trabalho e reunião.Sente-se a importância de possuir todos estes meios devido às precárias condições a que a situação actual do nosso país obriga o movimento estudantil.

Tem ainda perfeito sentido toda uma política de prestação de serviços,entendida ùnicamente como satisfazendo certas necessidades do"grupo estudantil"(folhas e papelaria)e meio de garantir a auto-suficiência económica e ainda não sendo actividade exploradora(não respeitando as relações oferta-procura).

É devido à actuação particular dos estudantes que as AAEE possuem um certo tipo de estruturação definida a nível de trabalho e de acordo com a práctica quotidiana do movimento.É nesse plano de trabalho que se define o papel de colaborador da AE.

São estes que em cada momento estarão aptos à definição duma linha de orientação correcta a seguir pelo aparelho tendo em conta uma práctica e as necessidades ditadas por estas.

É todo este potencial organizativo que em cada momento tem de estar correctamente ligado à função aparelho, condição fundamental para que não surja entre si incompatibilidades devidas a situações criadas pelo governo-repressão e consequente resposta das AAEE;e outras cuja origem é o afastamento dos

estudantes no seu local de acção e consequente burocratização do aparelho administrativo.

Politica do governo face às AAEE:

Foi tendo em conta o papel fundamental da auto-suficiência económica das AAEE, que o Governo criou os Serviços Sociais (não um mero sucedâneo da MP, mas sim um serviço de estado mais próximo - e portanto mais eficaz - das esferas governativas e mais adaptado à evolução do ME) que tem por fim não só concorrer no campo da prestação de serviços com elas, mas também, antecipar-se-lhes no contrôle de certos tipos de prestação de serviços, em que as AAEE não se tinham ainda lançado com bases sólidas.

O repto concorrencial lançado pelo governo às AAEE visa exclusivamente a entrada destas nos circuitos de oferta e procura que regem todo o mercado, e portanto desviarem-se dos seus fins de actividade não exploradora (lucrativa).

É isto perfeitamente visível no campo das publicações, onde os SS não desenvolvendo, embora uma actividade exploradora (no sentido estritamente económico) pois, devido às verbas governamentais de que dispõe, pode vender com prejuízo, tenta atrair as AAEE para essa via.

É sabido que tal lhes é possível, pois podem pagar aos professores importâncias exorbitantes (1.000$00 por fascículo e uma percentagem na venda) o que seria também uma forma de repressão às AAEE se estas tentassem responder-lhe neste campo.

Cabe aqui realçar que, os professores que colaboram com os SS, estão a colaborar activamente com o governo, na sua politica de asfíxia económica das AAEE e devem os estudantes definir claramente a sua posição face a esse colaboracionismo.

Neste campo pois, a resposta das AAEE deve ser dada a outro nível, na procura de novos tipos de publicações, com base no trabalho conjunto dos estudantes e dos professores em íntima ligação e como consequência de toda uma participação crítica do estudante, a nível pedagógico, na Faculdade (Antologia de Análise Infinitesimal, Física Geral, etc.).

Por outro lado a necessidade de garantir a subsistência económica do ME, não só nas escolas onde há AE, mas também, naquelas em que não existe, exige que as AAEE estudem e ponham

ham em prática uma centralização da programação da sua actividade neste campo e de uma equidistribuição do trabalho por todas as AAEE, de modo a garantir a sua defesa (economica e tecnica) perante os ataques da repressão.

Entendem os estudantes que só na luta pela cogestão e pela definição inequívoca desta, se poderá definir toda uma linha de actuação contra estes organismos de asfixiação.

Uma autentica cogestão estudantil é a consequência lógica da gradual responsabilização do estudante que, recusa ser remetido a uma posição meramente passiva e exige a sua participação na resolução dos seus problemas.

Cogestão esta só autentica através de toda uma prática real de democracia directa, pela qual o estudante irá definir e construir as estrutúras desses organismos e a sua orientação e em caso algum aceitando que, as mesmas sejam influenciadas pelo governo ou quem quer seja exterior ao próprio ME.

Níveis de decisão

Tendo em atenção o que foi atrás dito sobre o papel que as AAEE desempenham na garantia de duas funções fundamentais dentro do Movimento Estudantil, será portanto necessário definir como é decidido o seu comportamento dentro do movimento.

Foi já atrás visto que a decisão da linha mais correcta, a seguir pela AE em relação ao movimento, cabia aos colaboradores, será portanto nestes que acentará toda a decisão organizativa.

É portanto fundamental, a participação de todos os colaboradores em toda uma actividade exterior à própria Faculdade, sobretudo a um plano federativo.

Direcção

A Direcção não é mais que um corpo de colaboradores encarregados de uma coordenação geral e apta a desenvolver um tipo de trabalho de ligação aparelho - movimento.

É portanto necessária a sua responsabilização e critica constante, face aos verdadeiros níveis de decisão de toda a sua actuação.

O papel da Direcção está vinculado a toda uma actuação , que cada um dos seus elementos deverá desenvolver no movimento.

Ela deverá ainda garantir a efectivação de cisão, na medida em que ela poderá ser impedi[illegible] enfeudamento de determinados grupos nas estruturas

INFORMAÇÃO

É a partir da experiência colhida no [illegible] melhor podemos definir correctamente um método de [illegible]ão para o trabalho da Imprensa e Propaganda.

Muito embora este trabalho tivesse conseguido, no ano anterior atrair o interesse de algumas dezenas de estudantes, o balanço final foi bastante modesto o que é perfeitamente compreensível dentro da crise geral do movimento associativo.

Duma maneira geral podemos pensar esse trabalho dentro de algumas caracteristicas fundamentais:

a) - Numerosas reuinões, sem serem seguidas numa divisão de trabalho eficaz;

b) - Uma burocratização dessa divisão de trabalho, que não correspondia a uma necessidade imediata de actuação prática, pela incapacidade de actuação do MA;

c) - Daí resultou que várias sub-secções internas nunca chegaram a funcionar;

d) - Uma errada definição de processos autónomos da secção, resultante da falta dum esforço de prespectivação crítica do trabalho desenvolvido e duma ultrapassagem frequente da capacidade de análise dos colaboradores experientes.

Não nos parece ter interesse uma definição em abstracto do que se entende por Informação, por Imprensa e Propaganda será o nosso quotidiano permanentemente prespectivado e criticado que nos permitirá aproximarmo-nos do conhecimento cientifico do papel e do conteúdo duma política de Informação Estudantil, duma Imprensa e Propaganda.

Exige-se-nos antes um primeiro esforço de definição metodológica, que passa exactamente pela correcção dos erros a esse nível cometidos nos anos anteriores, e depois por um esforço de definição de actuação prioritária, no imediato.

É então necessário:

a) - Proceder de modo a que [illegible] sejam breves e definidoras duma [illegible] trabalho para a

cessidades [illegible];

b) - [illegible] qualquer definição organizativa que não corresponde a uma necessidade ditada pela prática;

c) - Proceder de modo a que a orientação no trabalho da secção pertença a todos os colaboradores,e para que isto seja possível,proceder a uma análise crítica permanente de todo o trabalho quotidiano e de todos os problemas concretos que se nos põem no imediato;

d) - Esforçarmo-nos por que todo o trabalho interno a desenvolver tenha em conta e corresponda à capacidade de análise e compreensão por parte de todos os colaboradores e assim desenvolver permanentemente um esforço de prespectivação no qual todos,na medida das suas capacidades,participem.

Neste sentido cabe como particular responsabilidade desta secção a definição de uma política de prespectivação e análise teórica de todas as experiências realizadas na faculdade,bem como um esforço de teorização que abra o caminho para todo o trabalho novo ou mais avançado que se imponha desenvolver-situa-se deste modo uma sub-secção de publicações.

Desenha-se já aqui uma vinculação muito estreita à acção pedagógica,à acção cultural,a todo o demais trabalho de criação dos estudantes organizados.

Cabe ainda à secção de Imprensa e Propaganda a informação permanente do que se passa na nossa faculdade,e,para que o trabalho pedagógico e cultural que todos desejamos desenvolver não permaneça isolado e fechado sobre si mesmo,é necessário que empreendamos um vasto esforço de informação crítica do que se passa nas demais escolas de Lisboa,em Coimbra e no Porto,e conforme a nossa capacidade de organização se desenvolver,procuraremos também levar a nossa busca de informações às fábricas,aos campos,às empresas,aos movimentos estudantis estrangeiros,etc.

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE - José Manuel Valadas Revez

VICE-PRES. - Carlos M. Marques da Silva

1º SECRET. - Olga Maria A. de Moura

2º SECRET. - Francisco Fernando Mesquita

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE - Daniel Assunção Muller

SECRETÁRIO - Francisco José N. Melro

RELATOR - Maria Lucília S. Carvalho

DIRECÇÃO

PRESIDENTE - Augusto José S. Fitas

VICE-PRES. - Amilcar Gomes da Silva

VICE-PR. EXT. - Agostinho A.R. Reis

VOGAL PEDAGÓG.- Jorge M.C. Guerreiro

VOGAL PEDAGÓG.- Victor Almada

VOGAL IMPROP - Orlando C. Gonçalves

VOGAL CULTURAL- Maria da Glória Ramalho

VOGAL CULTURAL- Vicente A. A. da Silva

VOGAL DESPORT.- Paulo S. Palhares

TESOUREIRO - Francisco J.de Sousa Faro

Dezembro

1969/70

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL